

ESTADO DE MATO GROSSO

Câmara Municipal de Cáceres

Rua General Osório, Esq. c/ Coronel José Dulce, s/nº - CEP: 78200-000

Fone: (65) 3223-1707 - Fax: 3223-6862 - Cáceres - MT

Site: www.camaracaceres.mt.gov.br

APROVADO

Na Sessão de:

13/11/2017

Interessado: CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA - PSDB

ASSUNTO - Projeto de Lei nº 41, de 26 de outubro de 2017, "Institui o Crachá de Identificação Funcional dos agentes públicos municipais e dá outras providências".

PROTOCOLO Nº 2221/2017. DATA DA ENTRADA: 26/10/2017.

DATA DA APROVAÇÃO: / /

LIDO
Na Sessão de:

13/11/2017

LIDO
SALA DAS SESSÕES:

APROVADO / 2º TURNO

SALA DAS SESSÕES: / /

APROVADO / 2º TURNO

SALA DAS SESSÕES: / /

APROVADO

Na Sessão de:

13/11/2017

DATA	COMISSÕES
	<input checked="" type="checkbox"/> Constituição, Justiça, Trabalho e Redação
	<input checked="" type="checkbox"/> Economia, Finanças e Planejamento
	<input type="checkbox"/> Saúde, Higiene e Promoção Social
	<input type="checkbox"/> Educação, Desportos, Cultura e Turismo
	<input type="checkbox"/> Transportes, Urbanismo, Serviços e Obras Públicas
	<input type="checkbox"/> Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente
	<input type="checkbox"/> Fiscalização e Controle
	<input type="checkbox"/> Especial
	<input type="checkbox"/> Mista

OBSERVAÇÕES: LEI Nº 2.614 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Cáceres

PROTOCOLO Em 26/10/2017 Hrs 11:40 Sob nº 221 Ass.: [assinatura]	<input checked="" type="checkbox"/>	Projetos De Lei	Nº 41/2017	APROVADO
		Projeto De Decreto Legislativo		
		Projeto De Resolução		Presidente da Câmara
		Requerimento		
		Indicação		REJEITADO
		Moção		
		Emenda		Presidente da Câmara

VER. CÉZARE PASTORELLO

PSDB

LEI N. 41 de 26/10 de 2017

Institui o Crachá de Identificação Funcional dos agentes públicos municipais e dá outras providências.

O povo de Cáceres, representado na CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MATO GROSSO, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o crachá de identificação funcional de todos os agentes públicos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Cáceres-MT.

Art. 2º Todo agente público municipal, no exercício de suas atribuições, durante o horário de trabalho, deverá portar, de modo visível ao público, o crachá de identificação funcional com o lado que contém sua foto e nome voltados para frente.

§ 1º Para fins desta lei, considera-se agente público da Administração Direta do Poder Executivo Municipal:

- I - servidor público;
- II - empregado público;

- III - os servidores públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cedidos para a Administração Municipal Direta;
- IV - estagiário;
- V - contratado temporário.

§ 2º Os estagiários da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Cáceres receberão o crachá de identificação funcional contendo a palavra "estagiário" na frente e deverão portá-lo durante o horário de estágio.

§ 3º No momento do ingresso no quadro de pessoal da Administração Direta e no momento de aprovação desta lei, o agente público municipal receberá, sem qualquer ônus para si, o crachá de identificação funcional.

§ 4º Os ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e aos que a eles se equiparem estão dispensados do uso do crachá de identificação funcional.

Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Administração a coordenação da confecção, distribuição e o controle de crachás de identificação funcional.

Parágrafo único - Competem aos superiores hierárquicos dos respectivos agentes públicos a fiscalização do uso crachá.

Art. 3º O crachá de identificação funcional é pessoal e intransferível, de uso obrigatório, ressalvadas a hipótese de participação em solenidades ou atividades na qual seja incompatível sua utilização.

Art. 4º Os dados que constarão do crachá de identificação serão ratificados pelo agente público, quanto à grafia do nome, data de nascimento e número de documentos constantes.

§ 1º Cabe ao agente público informar, no momento da ratificação, os seguintes dados, sobre os quais se responsabiliza:

- I - Nome Social ou Nome de Guerra ou Pseudônimo (apelido), que será o nome da frente do documento;
- II - Tipo Sanguíneo;
- III - Fator RH;
- IV - Alergias conhecidas.

§ 2º Entende-se por Nome Social aquele pelo qual a pessoa se identifica e é identificada pela sociedade.

§ 3º Entende-se por Nome de Guerra o prenome, quando simples, ou parte do prenome, quando composto, ou a parte do sobrenome pelo qual o agente público seja conhecido e queira ser identificado.

§ 4º Entende-se por Pseudônimo o apelido pelo qual o agente público seja conhecido e queira ser identificado.

Art. 5º - O crachá de identificação funcional terá validade de 5 anos, a ser impressa no referido documento.

Art. 6º - O agente público deverá solicitar a emissão da segunda via do crachá de identificação funcional quando houver:

- I - extravio;
- II - dano;
- III - alteração de dados;
- IV - roubo ou furto;
- V - vencimento;

§ 1º Será descontado da remuneração do agente público o valor de 1 URM para a cobertura das despesas de emissão da segunda via nas situações previstas nos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 2º Não haverá cobrança no caso previsto no inciso III deste artigo.

§ 3º Não haverá cobrança em caso de roubo ou furto, devidamente registrado e comprovado por Boletim de Ocorrência ou em caso de dano por desgaste natural, para agentes públicos que comprovadamente realizem atividades externas rotineiras e desde que a via anterior do crachá tenha sido emitida em período não inferior a 3 (três) anos.

§ 4º Não haverá cobrança no caso previsto no inciso V deste artigo.

§ 5º O crachá antigo deverá ser devolvido no momento do recebimento do novo, nos casos previstos nos incisos II, III e V do caput deste artigo.

§ 5º Nos casos de emissão da segunda via do crachá de identificação funcional, o agente público poderá pedir a modificação dos dados informados no Art. 4º.

Art. 7º No caso de exoneração, rescisão contratual, demissão, destituição de função comissionada ou aposentadoria, o agente público deverá devolver o crachá de identificação funcional no ato do desligamento, sob pena de cobrança, conforme valor definido nos termos do § 1º do art. 4º desta lei.

Art. 8º Compete ao Secretário Municipal de Administração estabelecer normas complementares para a execução desta Lei, tais como o modelo do crachá de identificação funcional, arte gráfica e os dados que constarão do seu verso.

Art. 9º Aplicam-se as regras desta Lei aos agentes públicos da Autarquia Águas do Pantanal.

Art. 10º O descumprimento do disposto neste decreto constitui falta disciplinar, sujeita à aplicação das penalidades cabíveis pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cáceres, 25 de outubro de 2017

Francis Maris Cruz
Prefeito Municipal


Zé Eduardo Torres
Vereador - PSC
2017/2020


Cézare Pastorello
Vereador - PSDB
2017/2020



JUSTIFICAÇÃO

Um dos símbolos de pertencimento de um agente público no exercício do serviço público é a sua identificação perante a sociedade, a quem ele presta o seu múnus.

Para além disso, a utilização de crachá de identificação funcional é medida de segurança para os agentes públicos. Inicialmente, porque identifica o servidor ou agente perante autoridades, em caso de utilização ou posse de equipamentos de propriedade do município. Em seguida, porque contém dados importantes sobre tipo sanguíneo, fator RH e alergias que poder ser úteis em casos de acidentes, quando o detentor não puder ou não tiver condições de informar.

Além de motivo de orgulho, o Crachá de Identificação Funcional também abrevia e facilita a relação dos agentes com os cidadãos, destinatários finais de todo o serviço público.

Considerando-se as diversas informações que constam no verso do crachá de identificação funcional, incluindo o nome completo do agente, o uso do nome social, nome de guerra ou, ainda, do apelido pelo qual este seja conhecido se mostra como a forma mais atual e justa de identificação perante a sociedade.

Por fim, o Crachá de Identificação Funcional servirá para vestir àquele que já foi investido na função de exercer o mais nobre dos encargos: o de servir à sociedade.



Cézare Pastorello
Vereador - PSDB
2017/2020



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

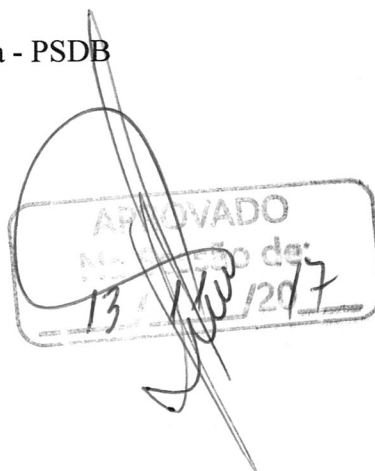
Parecer nº 307/2017.

Referência: Processo nº 2.221/2017.

Assunto: Projeto de Lei nº 41, de 26 de outubro de 2017.

Interessado (a): Ver. Cézare Pastorello Marques de Paiva - PSDB

Assinado por: Ver. Cézare Pastorello Marques de Paiva - PSDB



I - DO RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 41, de 26 de outubro de 2017, que institui o crachá de identificação funcional dos agentes públicos municipais e dá outras providências.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

O art. 38 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, prevê que à Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação compete manifestar-se a respeito de todos os assuntos quanto aos aspectos constitucional, legal e jurídico, e quanto ao mérito das proposições, nos casos especificados nos incisos I ao XV, do referido artigo.

O presente projeto de lei visa regulamentar o uso de crachá no âmbito das repartições públicas deste município.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

É cediço que em se tratando de repartição pública, o uso de crachá, é compatível com a responsabilidade do servidor no exercício de suas funções, garantindo o atendimento mais eficaz aos usuários do serviço específico, bem assim vela pela segurança das pessoas que circulam nas suas dependências, inclusive dos próprios servidores, revelando-se necessária cautela no tocante à circulação de pessoas no interior da repartição, mormente pelo demasiado número de pessoas que por ali passam diuturnamente.

Pondere-se tratar de ato genérico, envolvendo universo indeterminado de profissionais de diversas categorias funcionais do Município de Cáceres (advogados, profissionais da saúde, educação e servidores em geral), excluindo-se os agentes políticos (art. 2º, § 4º).

Da emenda:

Em análise ao artigo 10 do presente projeto de lei, verifica-se que cita **decreto** ao invés de **lei**, e remete a aplicação das penalidades pela Procuradoria Geral do Município.

A Lei Complementar Municipal nº 25/97, dispõe a partir do artigo 193, sobre a aplicação de penalidades ao servidor público. Nesses artigos foi disciplinado, a forma e em que hipóteses se dará a aplicação de penalidade ao servidor faltoso.

Assim, considerando que compete a esta Comissão analisar o aspecto de legalidade dos textos de projetos de lei, este Relator entende que o dispositivo em análise ficaria melhor redigido da seguinte forma:

“Art. 10. O descumprimento do disposto nesta lei, constitui falta disciplinar, sujeita à aplicação das penalidades na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº 25/97.”



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

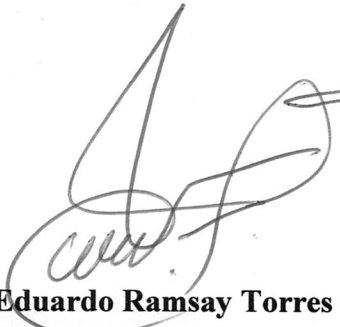
Portanto, considerando a importância e relevância da matéria, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 41, de 26 de outubro de 2017, com a emenda acima sugerida.

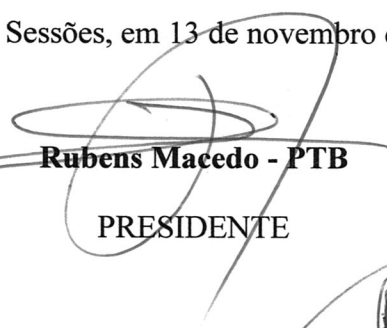
III - DECISÃO DA COMISSÃO

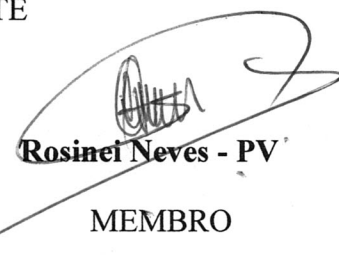
A comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 41, de 26 de outubro de 2017, com a emenda acima sugerida.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação plenária desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2017.


José Eduardo Ramsay Torres - PSC
RELATOR


Rubens Macedo - PTB
PRESIDENTE


Rosinei Neves - PV
MEMBRO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
F.R. Grupo: 1.29

02 17 01 SECRETARIA MUN. IND. COM., MEIO AMBIENTE E TURISMO
980 04.122.1042.2185.0000MAN. E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES
DA SICMATUR -40.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

986 04.122.1042.2185.0000MAN. E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES
DA SICMATUR -3.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo:
1.00

995 18.542.1042.2215.0000MAN. C/ AS ATIVIDADES DO PROGRAMA
CÁCERES RECICLA -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
F.R. Grupo: 1.00

1007 23.695.1029.1174.0000REALIZAÇÃO DO FESTIVAL INTERNACIO-
NAL DE PESCA ESPORTIVA - FIP -29.447,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPL DE CÁCERES-MT, 17 de outubro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 566, DE 31/10/2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MA-
TO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com
a Lei N.º 2555/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do artigo
43, parágrafo 1º, Inciso I da Lei 4320 de 17 de março de 1964, mediante
o Superávit financeiro no valor de R\$183.500,00 distribuídos as seguintes
dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1218 10.301.1010.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS
PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA 142.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
F.R. Grupo: 3.14

1216 10.304.1011.2039.0000 MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO
CTA/SAE 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.14

1219 10.304.1011.2039.0000 MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO
CTA/SAE 16.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO
GRATU F.R. Grupo: 3.14

1215 10.304.1012.2050.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA VI-
GILÂNCIA SANITÁRIA 15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.14

Art. 2º Os créditos referidos no artigo anterior serão cobertos com recursos
do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de
2016.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPL DE CÁCERES-MT, 31 de outubro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

AGUAS DO PANTANAL EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE ESTAGIO

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica
de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

PRORROGAÇÃO DE ESTAGIO

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO
PANTANAL

ESTAGIARIA: JÉSSICA MAYARA FERREIRA CEBALHO

Objeto: Prorrogação do estágio pelo período de 01 (um) ano com vigência
a partir de 06/11/2017 até 05/11/2018.

ORGÃO/UNIDADE: 18.01

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 17.122.1101.2211

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36.00

FONTE DE RECURSO: 100 - REC ORDINARIOS

Cáceres, 03 de novembro de 2017.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA LEI N° 2.614 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

*Institui o Crachá de Identificação Funcional dos agentes públicos mu-
nicipais e dá outras providências."*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROS-
SO:** no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74,
Inciso VII, faço saber que a Câmara Municipal de Cáceres aprovou, nos
termos dos artigos 22, 25, todos da Lei Orgânica do Município, e eu sanci-
ono a presente Lei.

Artigo. 1º Fica criado o crachá de identificação funcional de todos os
agentes públicos da Administração Direta do Poder Executivo do Municí-
pio de Cáceres-MT.

Artigo. 2º Todo agente público municipal, no exercício de suas atribui-
ções, durante o horário de trabalho, deverá portar, de modo visível ao pú-
blico, o crachá de identificação funcional com o lado que contém sua foto
e nome voltados para frente.

§ 1º Para fins desta lei, considera-se agente público da Administração Di-
reta do Poder Executivo Municipal:

I – servidor público;

II – empregado público;

III – os servidores públicos dos órgãos e entidades da Administração Pú-
blica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cedidos
para a Administração Municipal Direta;

IV – estagiário;

V – contratado temporário.

§ 2º Os estagiários da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Cáceres receberão o crachá de identificação funcional contendo a palavra "estagiário" na frente e deverão portá-lo durante o horário de estágio.

§ 3º No momento do ingresso no quadro de pessoal da Administração Direta e no momento de aprovação desta lei, o agente público municipal receberá, sem qualquer ônus para si, o crachá de identificação funcional.

§ 4º Os ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e aos que a eles se equiparem estão dispensados do uso do crachá de identificação funcional.

Artigo. 2º Compete à Secretaria Municipal de Administração a coordenação da confecção, distribuição e o controle de crachás de identificação funcional.

Parágrafo único. Competem aos superiores hierárquicos dos respectivos agentes públicos a fiscalização do uso crachá.

Artigo. 3º O crachá de identificação funcional é pessoal e intransferível, de uso obrigatório, ressalvadas a hipótese de participação em solenidades ou atividades na qual seja incompatível sua utilização.

Artigo. 4º Os dados que constarão do crachá de identificação serão ratificados pelo agente público, quanto à grafia do nome, data de nascimento e número de documentos constantes.

§ 1º Cabe ao agente público informar, no momento da ratificação, os seguintes dados, sobre os quais se responsabiliza:

I – Nome Social ou Nome de Guerra ou Pseudônimo (apelido), que será o nome da frente do documento;

II – Tipo Sanguíneo;

III – Fator RH;

IV – Alergias conhecidas.

§ 2º Entende-se por Nome Social aquele pelo qual a pessoa se identifica e é identificada pela sociedade.

§ 3º Entende-se por Nome de Guerra o prenome, quando simples, ou parte do prenome, quando composto, ou a parte do sobrenome pelo qual o agente público seja conhecido e queira ser identificado.

§ 4º Entende-se por Pseudônimo o apelido pelo qual o agente público seja conhecido e queira ser identificado.

Artigo. 5º O crachá de identificação funcional terá validade de 5 anos, a ser impressa no referido documento.

Artigo. 6º O agente público deverá solicitar a emissão da segunda via do crachá de identificação funcional quando houver:

I – extravio;

II – dano;

III – alteração de dados;

IV – roubo ou furto;

V – vencimento;

§ 1º Será descontado da remuneração do agente público o valor de 1 URM para a cobertura das despesas de emissão da segunda via nas situações previstas nos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 2º Não haverá cobrança no caso previsto no inciso III deste artigo.

§ 3º Não haverá cobrança em caso de roubo ou furto, devidamente registrado e comprovado por Boletim de Ocorrência ou em caso de dano por desgaste natural, para agentes públicos que comprovadamente realizem atividades externas rotineiras e desde que a via anterior do crachá tenha sido emitida em período não inferior a 3 (três) anos.

§ 4º Não haverá cobrança no caso previsto no inciso V deste artigo.

§ 5º O crachá antigo deverá ser devolvido no momento do recebimento do novo, nos casos previstos nos incisos II, III e V do caput deste artigo.

§ 6º Nos casos de emissão da segunda via do crachá de identificação funcional, o agente público poderá pedir a modificação dos dados informados no Art. 4º.

Artigo. 7º No caso de exoneração, rescisão contratual, demissão, destituição de função comissionada ou aposentadoria, o agente público deverá devolver o crachá de identificação funcional no ato do desligamento, sob pena de cobrança, conforme valor definido nos termos do § 1º do art. 4º desta lei.

Artigo. 8º Compete ao Secretário Municipal de Administração estabelecer normas complementares para a execução desta Lei, tais como o modelo do crachá de identificação funcional, arte gráfica e os dados que constarão do seu verso.

Artigo. 9º Aplicam-se as regras desta Lei aos agentes públicos da Autarquia Águas do Pantanal.

Artigo. 10 O descumprimento do disposto neste decreto constitui falta disciplinar, sujeita à aplicação das penalidades cabíveis pela Procuradoria Geral do Município.

Artigo. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 12 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 16 de novembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PORTARIA INTERNA Nº 070 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº.098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº153 de 01 de abril de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Delegar poderes a servidora **MARIANA FERNANDA DA SILVA** – Nutricionista, para responder pela Divisão da Merenda Escolar e Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sem ônus, em substituição a titular Fernanda Ferreira de Souza, que usufruirá das férias relativas ao período aquisitivo 2016/2017, de 18/12/2017 a 16/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria Interna entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura de Cáceres-MT, 21 de novembro de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal de Educação Interina

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES PORTARIA N.º 301/2017

PORTARIA N.º 301/2017

“Dispõe sobre a nomeação da Servidora VÂNIA DA COSTA SACRAMENTO para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 015/2017 - Previ Cáceres”.

A Diretora Executiva do **PREVI-CÁCERES**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 73, inciso V, da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005 e do Decreto n.º. 017 de 10 de Janeiro de 2017,

Resolve: